

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Surama Pimentel Ferreira**

**Turismo e Sustentabilidade:** a promoção do Ecoturismo no Parque Estadual  
da Serra de Ouro Branco - MG

JUIZ DE FORA

2024

**Surama Pimentel Ferreira**

**Turismo e Sustentabilidade:** a promoção do Ecoturismo no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco - MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Altair Sancho-Pivoto

JUIZ DE FORA

2024

**Surama Pimentel Ferreira**

**Turismo e Sustentabilidade:** a promoção do Ecoturismo no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco - MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: 02/03/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Orientador: Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*) que me inspiram a evoluir e sempre valorizaram minha educação apesar de todas as dificuldades da vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus por todas as conquistas alcançadas.

Ao meu orientador, Prof. Altair Sancho-Pivoto e ao Prof. Edwaldo Sérgio dos Santos Júnior, pela incansável dedicação, apoio e paciência.

À minha mãe, familiares e amigos que proporcionaram momentos alegres, mas que suportaram horas difíceis e me incentivaram.

Ao meu sobrinho Mateus de Moura Ferreira, exemplo de resiliência, determinação e inteligência.

Aos colegas da Especialização cursada pela troca de experiências e auxílio nessa jornada.

Aos tutores e funcionários do Polo do CEAD em São João Del Rei pela cordialidade e presteza.

A todos que, de algum modo, colaboraram para que esse trabalho pudesse ser desenvolvido.

“Nossas vidas não são a medida de todas as coisas: contemple lugares sublimes como um lembrete da fragilidade e insignificância do ser humano.” (Alain de Botton, 2003, p.190)

## RESUMO

O trabalho em questão abarca a temática turismo e meio ambiente, com foco nas políticas públicas para a promoção do ecoturismo no município de Ouro Branco (MG). Reconhecendo-se a importância da internalização dos pressupostos de sustentabilidade à organização e desenvolvimento da atividade turística, o objetivo desta pesquisa visou compreender o caráter intersetorial das políticas públicas para a promoção do ecoturismo no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, sob a ótica da interface existente entre o setor turístico e ambiental, em termos de avanços e limitações. O parque, por ser muito frequentado por turistas e caminhantes e ter paisagem e relevo propícios para a prática de *hikking* e rapel, representa um dos principais atrativos para o segmento do ecoturismo, exigindo, portanto, ações por parte do Poder Público referentes à conservação da natureza, educação ambiental e ao turismo. Para cumprir tais objetivos, os procedimentos metodológicos envolveram levantamento bibliográfico e documental, trabalho de campo, e entrevistas com interlocutores chave do parque. Os resultados indicam que existe uma ausência apenas incipiente de órgãos municipais e estaduais no que tange à formulação e implementação de políticas públicas para a promoção do ecoturismo no Parque da Serra de Ouro Branco.

**Palavras-chave:** Turismo; Ecoturismo; Políticas Públicas; Unidades de Conservação; Parque Estadual da Serra de Ouro Branco; Minas Gerais.

## ABSTRACT

The work in question covers the theme of tourism and the environment, with a focus on public policies to promote ecotourism in the municipality of Ouro Branco (MG). Recognizing the importance of internalizing sustainability assumptions in the organization and development of tourist activity, the objective of this research aimed to understand public policies for promoting ecotourism in the Serra de Ouro Branco State Park, in terms of advances and limitations. The park, as it is very popular with tourists and hikers and has a landscape and relief suitable for hiking and rappelling, represents one of the main attractions for the ecotourism segment, therefore requiring actions by the Public Authorities regarding nature conservation, environmental education and promotion of tourism. To achieve these objectives, the methodological procedures involved bibliographic and documentary research, fieldwork and interviews with key interlocutors of the park. The results indicate that there is only an incipient absence of municipal and state bodies regarding the formulation and implementation of public policies to promote ecotourism in Serra de Ouro Branco Park.

.

**Keywords:** Tourism, Ecotourism; Environment; Public policy; Conservation Units; Mountain Range of Ouro Branco State Park, Minas Gerais.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa de localização do Parque da Serra de Ouro Branco	34
Figura 02: Placa de identificação do Parque da Serra de Ouro Branco	52
Figura 03: Vegetação nativa	52
Figura 04: Visão da estrada de acesso ao parque	53
Figura 05: Visão geral da Serra de Ouro Branco	53
Figura 06: Poço Córrego da Colônia	54

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
APA	Área de Proteção Ambiental
CNS	Companhia Siderúrgica Nacional Mineração
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF/MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
MAM	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
OSC	Organizações da sociedade civil
PARC	Programa de Concessão em Parques Estaduais
PESOB	Parque Estadual da Serra de Ouro Branco
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SEMAD	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TIES	Sociedade Internacional de Ecoturismo
UC	Unidade de Conservação
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>TURISMO E MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>17</b>
2.1	TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	23
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>31</b>
4.1	AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	31
4.2	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE OURO BRANCO	32
<b>5</b>	<b>IMPACTOS DO ECOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE OURO BRANCO.....</b>	<b>37</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista para coleta de dados</b>	<b>49</b>
	<b>ANEXO A - Figuras.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é um conjunto de lugares, experiências, memórias e sabores, que as pessoas buscam cada vez mais em todo o mundo. Há diversos tipos de turismo, como o gastronômico, de aventura, cultural, de compras, de negócios, solidário, etc.

O turismo tem conquistado ao longo do tempo seu espaço, visto que movimenta um número maior de indivíduos que buscam novas experiências, sensações, conhecimentos e até mesmo um negócio, impulsionando o desenvolvimento do turismo em várias regiões, gerando aumento de renda e capital em todo o mundo.

Verifica-se que, por muito tempo, as ações estatais voltadas a esse setor alcançaram poucas regiões brasileiras, e a falta de seguimento em várias interferências começadas nas últimas décadas (OMT, 2001).

Sendo o turismo uma atividade dinâmica que engloba ação relacionada a vários indivíduos e organizações, o planejamento e a gestão da multiplicidade de atores envolvidos representam um incitamento a desenvolver estratégias de fomento dessa atividade em determinado local.

A relevância da atividade turística não se limita à questão econômica, mas também se refere às relações entre as regiões, afetando incisivamente a identidade local e regional. Disso resulta a preocupação quanto à exploração do turismo mais acessível e sustentável, sem tantos prejuízos culturais e ambientais para as comunidades.

O ecoturismo surgiu como movimento ambiental nos anos de 1970, devido ao temor com a destruição da natureza e os problemas sociais causados pelo turismo usual. Em 1985, o conceito foi introduzido no Brasil pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), por meio do Projeto Turismo Ecológico. Em 1992, com a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, este ramo turístico atingiu notoriedade para que o turismo seja executado num modelo mais responsável (MTur, 2008).

O ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (MTur, 2008).

Esse segmento de turismo vem crescendo em todo o mundo, com a divulgação e exploração de muitos lugares de grande beleza, que se tornam fortes destinos na competitividade internacional. Paralelamente aumentam a atuação das agências de turismo e meios de hospedagem que trabalham em áreas naturais, na execução de ações de ecoturismo, que interagem com outros nichos, como o turismo de aventura, turismo cultural, turismo rural, e outros.

De acordo com a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES), o ecoturismo possui três princípios, intrinsicamente associados ao seu conceito, adotados pelo MTUR (2010, p.21), que são:

- a) Conservação - Buscando soluções de longo prazo referentes ao mercado, o ecoturismo traz estímulos econômicos competentes para preservar e ampliar a diversidade biocultural e auxilia na proteção do patrimônio natural e cultural existente;
- b) Comunidade - Com a extensão da capacitação da comunidade local e as ofertas de vagas de trabalho, o ecoturismo é um potente instrumento para evidenciar essas comunidades no mundo inteiro, prezando por seu bem-estar, e atingir o desenvolvimento sustentável;
- c) Interpretação - Focando no engrandecimento de experiências pessoais e da conscientização ambiental através da interpretação, o ecoturismo oferece maior percepção e enaltecimento do meio ambiente, da sociedade e da cultura locais.

Tais princípios podem envolver inúmeras atividades, como contemplar a fauna e a flora, visitar reservas naturais, receber o atendimento de guardas florestais regionais, ou comprar o artesanato típico. Deste modo, pode-se oferecer boas vivências para o anfitrião, o turista e a sociedade no todo, visando conservar o lugar e aprender acerca da natureza e as comunidades locais visitadas (MTur, 2010).

O ecoturismo busca aliar conservação, comunidades e conscientização por meio de viagens sustentáveis, o que requer de seus operadores e participantes a adoção de certos preceitos, a seguir mencionados:

- Reduzir os impactos físicos, sociais, comportamentais e psicológicos;
- Consolidar consciência e respeito ambiental e cultural;
- Oferecer experiências positivas para visitantes e anfitriões;
- Gerar benefícios financeiros para a conservação ambiental e patrimonial;
- Promover benefícios financeiros para a população e as iniciativas privadas locais;
- Promover experiências interpretativas inesquecíveis aos turistas, que lhe ajudem a crescer a sensibilidade aos assuntos ambientais e sociais dos lugares anfitriões;

- Planejar, construir e manejar instalações de baixo impacto;
- Reconhecer os direitos e crenças espirituais dos povos originários em sua comunidade e trabalhar em parceria com eles para gerar empoderamento (MTur, 2010).

Se for operacionalizado respeitando seus princípios, o ecoturismo pode gerar vários benefícios para a natureza e a sociedade como: recursos financeiros para a preservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural; incremento da economia local; auxílio na pesquisa e desenvolvimento científicos sobre a fauna e a flora; responsabilidade social e ambiental aos visitantes; visibilidade das tradições das comunidades locais, e ajuda na administração de recursos naturais (MTur, 2008).

Ainda que, com o emprego dos princípios acima citados em prol dos benefícios almejados, o homem, mesmo sendo consciente e responsável, provoca algum impacto ao meio ambiente. Então, o ecoturismo procura impactar o mínimo possível a natureza, pois com o aumento da demanda por hospedagens e infraestrutura, isso pode prejudicar o destino ecológico e, as culturas indígenas são relacionadas à cultura do turismo para atrair os turistas, o que pode desencadear a exploração descontrolada de recursos naturais e humanos. A fiscalização para garantir a efetiva conservação dos roteiros ecológicos é fundamental.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que busca a harmonia entre o crescimento econômico, a promoção da igualdade social e a preservação do patrimônio natural, para garantir o atendimento das necessidades das atuais gerações sem afetar a satisfação das necessidades das futuras gerações.

Como o ecoturismo tem ganhado muitos praticantes em Ouro Branco e municípios vizinhos, o trabalho tem por escopo compreender caráter intersetorial das as políticas públicas para a promoção do ecoturismo no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, e suas vantagens e implicações, sob a ótica da interface existente entre o setor turístico e ambiental, em termos de avanços e limitações, sendo muito frequentado por turistas e caminhantes e tem paisagem e relevo propícios para a prática de *hikking* e rapel, observando as políticas públicas voltadas para a interação entre os setores turístico e ambiental.

Buscou-se compreender se a atividade turística está sendo executada de modo sustentável, respeitando a natureza e a legislação pertinente, pois é necessário que turismo e meio ambiente se aliem para obter bons resultados, considerando suas peculiaridades.

De forma individual os dois setores deverão agir por suas capacidades e políticas anteriormente determinadas, mesmo que eles almejem os melhores resultados. No caso em tela, busca-se verificar se a execução síncrona do turismo e do meio ambiente alcançaria maiores resultados, com base na sustentabilidade.

Embora o escopo seja concluir que a integração entre turismo e meio ambiente produza melhores resultados para o ecoturismo sustentável, no caso em questão, talvez por motivos de ordem prática, de aspecto político ou econômico, essa integração seja impossibilitada, visto que o orçamento para a promoção da atividade turística quase sempre é baixo, há os entraves da legislação, da burocracia e da movimentação política dos órgãos responsáveis, além da escassa disponibilidade de mão de obra qualificada e da divulgação dos atrativos de um destino (Gomes, 2003).

Esses fatores não devem, ou ao menos não deveriam ser, decisivos para que essa interação não ocorra, ou ocorra de maneira ineficiente. Para analisar melhor captar essas intervenções foi realizada uma pesquisa bibliográfica que auxiliará na compreensão do tema, especialmente o acervo do Instituto Estadual de Florestas – IEF, autarquia ligada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e responsável pelas unidades de conservação de Minas Gerais.

Desse modo, o trabalho estruturou-se com a apresentação do problema inicial de pesquisa, tratando após do referencial teórico sobre as políticas públicas voltadas ao turismo, meio ambiente e sustentabilidade, da descrição do *lócus* escolhido e as considerações acerca do tema.

Seguidamente, tem-se a pesquisa bibliográfica, que busca explicar e debater um tema baseando-se em referências teóricas publicadas em livros, revistas, bases de dados, periódicos, artigos indexados e outros, com o objetivo de enriquecer a pesquisa. E ainda, conhecer e avaliar publicações científicas sobre um determinado tema. A pesquisa bibliográfica não é somente replicar o que já foi dito ou escrito sobre um tema, e sim, possibilitar a análise desse tema sob uma nova abordagem ou percepção, surgindo outras conclusões.

Na estruturação deste estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns atores sobre o assunto proposto: as políticas públicas para a promoção do ecoturismo, com foco no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, e suas vantagens e implicações.

Buscou-se verificar os fatores comuns e contraditórios sobre a relação entre os órgãos entrevistados e seus reflexos, e se as atividades executadas por eles geram impactos positivos para cada uma das áreas abordadas, o que enriquecerá o desenvolvimento do turismo no parque estadual escolhido. Finalmente, foram realizadas algumas considerações buscando confrontar o referencial teórico, para demonstrar se as informações reunidas espelham as ações desenvolvidas abordadas nesse trabalho.



## 2 TURISMO E MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE

O turismo surgiu com o advento da Revolução Industrial, que resultou no sistema capitalista, e conseqüentemente, nas noções de tempo de trabalho e tempo de ócio, e ainda, a valorização do lazer e o avanço do nexos do consumo, que permitiram a mudança do tempo livre e do lazer num negócio lucrativo. Então, o turismo passou a ganhar espaço como atividade relevante no campo do desenvolvimento econômico (MTur, 2007).

É importante atividade econômica no cenário mundial, seja para perspectivas mercadológicas, ou para o fomento de economias locais e regionais, sendo reconhecido como uma excelente opção para impulsionar a economia de países emergentes.

Para que a prestação dos serviços de turismo seja executada de maneira eficiente e para fidelizar o cliente/turista, é necessário pesquisar todos os aspectos e fatores da atividade turística em determinado local, o perfil de turista a ser captado, os pontos positivos e negativos das atrações, para planejar os custos e ações para melhoria da oferta do turismo naquele local, com envolvimento do Poder Público e a iniciativa privada, visto que cada vez mais o turista está exigente quanto às opções de lazer (MTur, 2010).

Na atividade turística nota-se que é urgente a criação de uma política para o desenvolvimento do turismo no nosso País com novos cursos de capacitação e regras que auxiliem o fomento da atividade nas áreas urbanas e rurais, preservando os recursos naturais e assegurando um futuro melhor para as comunidades envolvidas no desenvolvimento. As reclamações, sugestões e pedidos dos turistas devem ser consideradas nesse processo de melhoramento do turismo, pois "a voz dos viajados continua praticamente inaudível." (Krippendorf, 1989, apud Antunes, 2006, p. 211).

A implementação de políticas públicas para o gerenciamento do turismo tem sido historicamente relacionada ao seu poder de desenvolvimento econômico<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que "o desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população.(...) O crescimento

Portanto, os fundamentos para investir no turismo geralmente se baseiam em informações que ressaltam a colaboração da atividade turística para a geração de emprego e renda.

Para compreender a intervenção estatal pelas políticas públicas, primeiramente deve-se compreender que são “a alocação imperativa de valores pelo Estado para a sociedade (compromisso do Estado com os direitos econômicos, políticos e sociais, culturais dos cidadãos)” (ALMG, 2011).

As políticas públicas são mecanismos que, se bem formulados, executados, acompanhados e analisados adequadamente permitem articular o desenvolvimento social e econômico das comunidades e dos setores da economia ao qual se referem. São medidas que almejam a melhoria do bem estar dos indivíduos e, conseqüentemente, devem ser planejadas com a participação social.

Segundo dados da EMBRATUR (2023), o turismo brasileiro atualmente representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB), que é o total de todos os produtos e serviços gerados no Brasil, que pode ser explorado com sustentabilidade, gerando mais receitas financeiras para todos os entes federados.

No Brasil, a despeito de haver medidas voltadas à política pública de turismo desde os anos 1990, a atenção com a estruturação e gerenciamento da atividade turística se intensificou em 2003, através da instauração do Ministério do Turismo, que pode ser considerado como uma referência contemporânea dos investimentos na estruturação e gestão do turismo no país. Nas duas últimas décadas, o Brasil investiu na elaboração de políticas públicas para vários setores da economia, inclusive para o turismo (Agnes, 2003).

Contudo, é um tanto recente a concepção do turismo como política pública importante para o avanço socioeconômico de um país. Deste modo, o Governo Federal, em conjunto com os estados e municípios, tem buscado para progredir nessa área esquecida por vários anos. Com a visão institucional de tornar o Brasil o melhor destino turístico para conhecer, o Plano Nacional de Turismo (PNT-2018-2022) e o Plano Estratégico do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR (2021-2023), o Ministério do Turismo adotou inúmeras medidas para incentivar programas,

---

econômico depende da educação, do desenvolvimento tecnológico e da acumulação de capital em máquinas e processos mais produtivos” (Bresser-Pereira, 2008, p.01-02).

projetos e parcerias, a fim de driblar o orçamento previsto a esse setor do Poder Público, ainda ínfimo.

Somente há pouco tempo se estendeu pelo País o objetivo dos planos para estruturar e fomentar a atividade turística. Ademais, diversos agentes que colaboram para o funcionamento da cadeia do turismo passaram a participar realmente do processo decisório apenas após o ano de 2003, quando foi instituído o Ministério do Turismo (MTUR) e aumentada a atuação no Conselho Nacional do Turismo (CNTUR) (Embratur, 2021).

É necessário que essa política seja voltada para a utilização das atrações de um certo local, que é um dos principais motivos para incrementar o desenvolvimento dos potenciais da atividade na região, caracterizando o desenvolvimento local, sendo que "[...] é preciso que o turismo se modifique, torne-se melhor." (Antunes, 2006, p. 205).

O turismo é, precipuamente, uma atividade do setor privado, pois é através deste que a atividade turística é executada. No entanto, por também ser um fenômeno social, composto de processos não só econômicos, mas também sociais e ambientais, e, quanto à incapacidade do setor empresarial gerenciar e controlar todas as variáveis existentes no turismo, o desenvolvimento do turismo deve ser considerado também nas políticas públicas (Gomes, 2003).

O turismo em Minas Gerais tem crescido juntamente com o crescimento econômico nacional e mundial, mas, o turismo no estado ainda é muito tímido, sendo constituído principalmente por turistas brasileiros, sendo estes em grande número mineiros e originários dos estados vizinhos de Minas Gerais, como foi apurado pelo Observatório do Turismo de Minas Gerais, ligado à Secretaria Estadual de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT.

São competências do poder público referente à atividade turística: o planejamento setorial; a promoção turística; a infraestrutura urbana e de acesso; o fomento ao turismo; coleta e avaliação de dados turísticos; captação de recursos e investimentos privados; conscientização turística; acompanhamento e controle (Antunes, 2006).

Vale ressaltar que a ação equilibrada entre setor público e a iniciativa privada no turismo é imprescindível. Para o desenvolvimento sustentável da atividade turística e dos territórios, a administração pública deve procurar assegurar infraestrutura urbana, segurança, condições legais convenientes ao turismo,

proteção e conservação do meio ambiente e dos patrimônios locais, bem como criar políticas públicas de suporte à comercialização do setor.

Tratar do turismo e seu relacionamento com os diversos setores sociais é muito difícil, pois não se refere à política de promoção do turismo seja na esfera federal, estadual ou municipal, sem debater suas interações com a saúde, educação, meio ambiente, emprego e renda, segurança pública, dentre outras áreas. Antes de se eleger um local como sendo um destino turístico possível, devem ser consideradas as questões que serão, de alguma forma, analisadas pelos viajantes ao decidirem conhecê-lo.

Então, é imprescindível que, no planejamento de políticas relacionadas ao setor, os gestores públicos pensem nos fatores voltados referentes à exploração econômica do turismo aliada à sua sustentabilidade ambiental, bem como outras questões como segurança pública, existência de infraestrutura compatível que permita ao viajante ter acessibilidade aos serviços, visto que são importantes para a captação dos turistas.

As políticas públicas de turismo devem ser compreendidas em sua complexidade, reunindo todos os seus elementos, porque a atividade possui diversos campos de atuação e as políticas são intersectorizadas, tendo o governo a responsabilidade por medidas de preservação do meio ambiente, do patrimônio e do bem estar social.

As políticas públicas de turismo no país possuem como parâmetros principais a descentralização, a gestão coordenada e o planejamento integrado e participativo. Inserida na estratégia de descentralização está o conceito de Regionalização do Turismo, que é a transformação da ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada (MTur, 2004, p. 11).

Entretanto, é urgente a compreensão do turismo como política pública importante para o desenvolvimento socioeconômico de um Estado. O governo passa a desempenhar um papel relevante na instituição das políticas de turismo, voltadas a um desenvolvimento local sustentável. Por fim, é urgente não só maior participação das comunidades na criação dessas políticas, como também uma maior interação entre as esferas de governo com objetivos de integração regional (Gomes, 2003).

O turismo é uma atividade extremamente complexa e que está associada a diversos setores sociais, tais como: saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, emprego e renda, dentre outros. Entender as relações que essa atividade estabelece com qualquer uma dessas áreas demanda um esforço significativo por parte dos cidadãos e, sobretudo, dos gestores públicos, principalmente aqueles ligados ao planejamento, à implantação, implementação e execução de políticas públicas voltadas para esse setor (Agnes, 2003).

Toda essa complexidade que envolve o turismo requer do Estado cada vez mais capacidade de ação diante das necessidades, especialmente de lazer – que têm surgido nos últimos tempos, fazendo com que estudiosos da Administração Pública analisem essas situações no intuito de responder alguns questionamentos e, ao mesmo tempo, propor soluções relativamente viáveis para que o Estado consiga lidar com essas novas necessidades impostas pela população (Agnes, 2003).

Surgiu, então, um novo conceito de turismo, denominado de “turismo sustentável”, que visa reduzir os danos ambientais e socioculturais, ao mesmo tempo em que proporciona benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos visitados.

Com a integração e os benefícios que podem ser obtidos pelas atitudes intersetoriais nas áreas de saúde, educação e emprego, o incentivo ao desenvolvimento de ações conjuntas entre turismo e meio ambiente pode gerar renda para a comunidade, e se tornar uma conjuntura para que ambos os setores alcancem mais êxito. O que pode ser justificado pela confluência entre essas duas áreas, considerando as noções de turismo sustentável, ecoturismo e turismo de aventura (MTur, 2008).

As ações para esses ramos turísticos referem-se ao meio ambiente, notoriamente identificado nos conceitos dos tipos de atividades turísticas mencionados acima.

Entretanto, necessário se faz esclarecer o conceito de Turismo, conforme a Organização Mundial de Turismo – OMT e aplicado oficialmente pelo País:

As atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p.38).

Porém, vê-se que o conceito acima citado não contempla as noções de sustentabilidade do turismo, preocupação recorrente em diversos países hoje em

dia, devido à contradição existente entre a preservação ambiental e a exploração econômica. Quase sempre na ação do homem que, para ser validada deve ser pautada em critérios sustentáveis, logo, com a atividade turística se espera também (Agnes, 2003).

O turismo pode se arruinar caso não siga os requisitos corretos de sustentabilidade, sendo que determinados setores estão subordinados à manutenção dos valores do patrimônio ambiental, natural e cultural. Nesse contexto, a tomada de medidas sustentáveis pela atividade turística criou um nicho, o turismo sustentável que, segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT/UNWTO (2001, p.24): “Turismo Sustentável é aquele que leva em consideração seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs”.

Consoante Almeida e Abranja (2009), citado por Damas (2020), a sustentabilidade tornou-se primordial para a criação de produtos turísticos com foco na competitividade, até mesmo no mercado internacional, visto que a reivindicação por produtos sustentáveis tem aumentado, como também a qualidade da oferta cultural e, sobretudo, a preservação do ambiente.

Turismo sustentável para Agnes (2003, p.1) são ações do turismo que atendam atualmente as exigências dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das próximas gerações de suprirem suas próprias necessidades.

Pode-se definir o termo ecoturismo, de acordo com a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, do Ministério do Turismo, como:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2008, p.17).

O ecoturismo, então, é a atividade turística vinculada à natureza e, conseqüentemente, é executado em locais não urbanos que abrigam as medidas sustentáveis de exploração desse ramo.

Já o termo turismo de aventura pode ser assim conceituado pelo Ministério do Turismo, como a atividade que “compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2008).

Todos esses conceitos denotam a conexão entre o meio ambiente e o turismo, pelo fato de que a atividade turística é muito complexa, interligando várias outras áreas de conhecimento e de gerência no campo das políticas públicas. Frisa-se que o turismo e a administração de suas políticas podem fomentar dinâmicas que interliguem os segmentos de deliberação, gerando frutos para todos os envolvidos.

## 2.1 TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em diversas análises sobre o turismo, destaca-se o aumento da necessidade do indivíduo em personalizar as viagens, escapar dos tumultuados centros urbanos com condições de vida cada vez mais fragilizadas, o que leva um público cada vez maior busque, nas férias e nos finais de semana, as regiões com belezas naturais, para se conectar com o meio ambiente.

Esse crescimento da procura por áreas naturais, especificamente as protegidas, chamadas de Unidades de Conservação (UCs) no País, envolve fatores como o nexo entre natureza e sociedade, a criação de estratégias sustentáveis e da educação ambiental, e muitos outros.

A Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), composto pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, conceitua unidades de conservação, em seu artigo 2º, inciso I, como sendo o:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (Brasil, 2000).

Algumas das finalidades do SNUC, de acordo com o artigo 4º da mesma lei, são: a contribuição para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; a proteção das espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; a valorização econômica e social da diversidade biológica, a promoção de condições, da educação e interpretação ambiental, da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico; a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de

populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente, dentre outras (Brasil, 2000).

Esse anseio em coadunar preservação, turismo e meio ambiente tem colaborado para o estabelecimento e gestão das Unidades de Conservação (UCs) brasileiras, despertando nos indivíduos um novo olhar turístico, mais responsável com a conservação da natureza.

São doze as categorias de UCs fixadas pelo SNUC, voltadas à preservação dos ecossistemas no Brasil. Conforme a categoria, a visitação com fins turísticos, recreativos e /ou educacional é autorizada, se for conciliável com a conservação do meio ambiente. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e os Parques são as categorias de UCs que podem enriquecer as atividades de ecoturismo, sempre primando pela conservação, despertando nos turistas a conscientização e a valorização ambiental (Brasil, 2000).

Por conseguinte, cresce a importância dos parques para experiências associadas ao turismo, lazer, recreação, prática esportiva e contemplação paisagística (Sancho-Pivoto & Alves, 2017).

As características e ações de uma Unidade de Conservação são descritas no Plano de Manejo, feito para contribuir para a implantação de um sistema de gestão da unidade que seja eficiente, sustentável e participativo. Deve basear-se nos conceitos do Roteiro Metodológico de Planejamento - Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas - do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (2002).

O exame de descrição da visitação em uma UC serve como ferramenta valiosa no planejamento e administração da atividade turística, permitindo o aprimoramento da infraestrutura no destino, da comunicação, da acessibilidade, transporte, saúde e segurança, favorecendo visitantes e comunidade circunvizinha (Michellin, 2006).

Pode também alavancar a preservação do meio ambiente, apresentando ao Poder Público e à sociedade o valor da natureza, para proteger novas áreas naturais. Existem muitos protocolos e ordenamentos emitidos pelos órgãos públicos em conjunto com órgãos de pesquisa, defesa da natureza e de prestadores de serviços de ecoturismo, para orientar e regular a atividade turística em áreas naturais (Michellin, 2006).



A União criou em 2021 o Programa PARQUE+, que é um conjunto de iniciativas articuladas para incrementar a prática do ecoturismo em Unidades de Conservação da Natureza e seu entorno, fortalecendo as Unidades como espaços de lazer e desenvolvimento socioeconômico sob bases sustentáveis, com gestão pela Secretaria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2021).

O objetivo maior do programa é fortalecer as Unidades de Conservação e suas adjacências, buscando seu desenvolvimento pela atuação do governo com suporte da iniciativa privada, na realização das ações a serem adotadas e na captação de recursos (MMA, 2021).

O ecoturismo é um dos segmentos do turismo em destaque na atualidade, pois alia as questões de conservação e educação ambiental. Hoje o fenômeno turístico aparece como um verdadeiro consumidor do espaço, principalmente nas áreas com paisagens naturais.

A preocupação com a preservação do patrimônio natural e cultural desencadeou várias manobras peculiares de manejo e gestão da atividade turística, como por exemplo, de zoneamento dos locais visitados, da exigência de treinamento e articulação de todos os atores sociais no processo, e a formulação e gestão de trilhas como meio de factível desempenho do turismo ecológico (Gomes, 2003).

Os números do ecoturismo têm aumentado em todo o mundo, gerando recursos financeiros para as comunidades locais e governos, o que impacta diretamente a economia dos países, estados e municípios. Entretanto, esse aumento também gera inúmeras desvantagens, como a prática do turismo em massa, que é o deslocamento imoderado de um alto contingente de visitantes para destinos populares, provocando reflexos ambientais negativos. Alguns dos maiores impactos ambientais decorrentes do turismo e as essenciais diligências aplicadas em muitos países são:

- Superlotação de infraestrutura, instalações e atividades comerciais;
- Congestionamento e danos em atrações, locais naturais, históricos e arquitetônicos;
- Forte vetor para a poluição da água, terra, ar e ruído e/ou problemas de eliminação de resíduos sólidos;
- Poluição visual, referente à estética da infraestrutura turística, instalações e atividades;

- Inflação e/ou diminuição da oferta de bens, serviços e fatores de produção para outros setores e funções - indústria, agricultura e habitação -, possivelmente provocando êxodo de moradores (Souza, 2007).

Sancho-Pivoto & Alves (2020, p.7) argumentam que, ainda que sejam inúmeros os benefícios trazidos pelo ecoturismo,

que tal prática também figura em praticamente todas as pesquisas como elemento de grande pressão sobre o meio físico-natural, responsável por intensificar processos poluidores e aumentar a geração de resíduos sólidos, bem como a demanda por bens e serviços como água, alimentos e energia.

Por outro lado, há diversas vantagens produzidas pelo ecoturismo em áreas naturais conservadas como:

- oportunidade de mais interação das Unidades de Conservação com comunidades do entorno e com a sociedade civil;
- educação ambiental através de projetos e da própria visitação;
- ampliação dos locais de recreação e lazer na região;
- aceitação das atividades de fiscalização pelos visitantes;
- maior controle sobre grupos estruturados;
- publicidade da própria Unidade e a captação de pessoas públicas e privadas interessadas em sua preservação (Souza, 2007).

Outra modalidade de atividade turística em parques naturais é o turismo de base comunitária, ou turismo comunitário, que é gerenciada pela própria comunidade, que organiza e presta serviços aos turistas, como: visita guiada, hospedagem, alimentação, transporte, atrativos, comércio etc.

É um modo de fazer turismo no qual a comunidade local é o destaque da experiência oferecida, em que grande parte da renda apurada fica na própria comunidade e não com empresas privadas. Enquanto o turismo tradicional costuma focar em pontos turísticos, o turismo comunitário proporciona uma conexão autêntica com a história e a cultura do local, como responsabilidade e sustentabilidade (MTur, 2010).

Para que o turismo que não agrida o meio ambiente, particularmente nas Unidades de Conservação, a sensibilização, a educação ambiental e o planejamento turístico sustentável são extremamente necessários.

Para os pesquisadores Sancho-Pivoto & Alves (2017, p.29), esses resultados negativos “colocam em xeque o ideário de que, no caso de propostas de turismo

vinculadas ao meio ambiente - como é o caso do ecoturismo, turismo ecológico, turismo rural - os impactos sobre os atributos naturais são mínimos”.

Desta forma, o ecoturismo e os projetos de conservação estão interligados por terem fins similares e operarem em áreas naturais. Isso pode ser favorável para a natureza, a sociedade e o desenvolvimento regional sustentável, que mostra que a interpretação ambiental e o emprego de guias ecoturísticos são válidos para assegurar o contentamento dos turistas, defender a biodiversidade, expandir a preservação e a sustentabilidade econômica local (Souza, 2007).

Vem crescendo o emprego das ferramentas de autorização, permissão e concessão na administração das unidades de conservação, com considerável uso desta última, mesmo sendo mais complexa. Isso espelha a possibilidade de destinar os investimentos vitais a esses parques e, com isso, a prevista garantia “do cumprimento de seus objetivos de criação, do aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas existentes e de uma maior eficiência na gestão e na conservação da biodiversidade” (IEF, 2000, on-line).

O modelo que vem sendo adotado no Brasil prevê a concessão de serviços de uso público nos parques nacionais, possibilitando o repasse à iniciativa privada do direito de exploração dos serviços de ecoturismo e de apoio aos turistas. O objetivo dessas parcerias é “gerar mais recursos para investimentos nas unidades de conservação, como uma forma de proteger os recursos naturais e, ao mesmo tempo, proporcionar aos turistas uma melhor experiência durante a visita às unidades de conservação” (ICMbio, 2020, on-line).

É um modelo de administração que permite a transferência de serviços de apoio ao ecoturismo voltados às áreas, atrações e instalações para uso público, com investimentos prévios para a requalificação, modernização, operação e conservação desses parques pelo setor privado (Rodrigues & Abrucio, 2019).

Isso resulta do baixo índice de aproveitamento do gigantesco potencial de atratividade de recursos naturais do Brasil, especialmente das UCs, que podem produzir grandes benefícios para a economia e o desenvolvimento do país, que perde em competitividade turística com os outros países.

Quanto ao turismo, as concessões representam uma oportunidade para criar, organizar, expandir e qualificar os serviços de apoio aos visitantes, aperfeiçoando a experiência dos turistas, favorecendo a conexão entre a sociedade e a natureza e conscientização sobre a importância da preservação. Ademais, o turismo é

importante para a geração de trabalho e renda, impactando diretamente as economias locais (Rodrigues & Abrucio, 2019).

Mesmo com todo o potencial do ecoturismo, os parques naturais possuem ainda mais valor associado à possibilidade de remuneração por serviços ambientais prestados devido à sua biocapacidade (sequestro de carbono, preservação de aquíferos, erosão evitada do solo, biodiversidade etc.), bem como da vinculação de marca e publicidade em áreas naturais.

Tais perspectivas se intensificam com base no interesse gradativo das organizações por meios de compensação ambiental e de marketing verde segundo a agenda ambiental, social e de governança, amplamente visada pelo universo corporativo. A Lei Federal nº. 11.516, de 28 de agosto de 2007, institui a possibilidade de concessão das unidades de conservação sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio para finalidade de atividades turísticas e de educação ambiental através da realização de procedimento licitatório, conforme a Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei das Concessões e Permissões. Nas esferas municipal e estadual, o poder concedente deve ter suporte jurídico semelhante para concretizar a efetivação de parcerias público privadas desse teor (Rodrigues & Abrucio, 2019).

A política de concessão dos parques nacionais se ampliou a partir de 2018, com a efetivação de seis áreas sob este regime e várias outras com estudos de concessão em andamento. Já na esfera estadual, as concessões de parques emergiram a partir de 2019, quando estados como Minas Gerais, São Paulo e Paraná lançaram programas de parcerias e concessões em seus respectivos parques.

Atualmente, o principal modelo de negócio para as concessões de parques naturais e urbanos é fundamentado no uso público, ou seja, na oferta de infraestrutura, atrativos e serviços turísticos para visitação pública, dentro dos limites do zoneamento do seu território dessas unidades, identificados no Plano de Manejo. Contudo, as concessões não são o único instrumento de parceria público-privada que pode ser firmado para a exploração turística dos parques, visto que a administração pública pode conceder autorizações e permissões para determinados parceiros ou constituir parcerias com organizações da sociedade civil (OSC) ou associações comunitárias.

Desde a primeira concessão nesse formato – a do Parque Nacional do Iguaçu, realizada pela União em 1995 –, houve uma evolução dessa modalidade no Brasil, com aumento expressivo em sua quantidade a partir de 2015. Hoje em dia, existem aproximadamente trinta concessões de parques naturais e urbanos em operação no Brasil nas três esferas administrativas, em projetos isolados ou como parte de uma carteira no modelo de concessões integradas. Isto é, um parque superavitário pode fomentar o projeto de outra unidade que seja deficitária no início da operação.

O Governo do Estado de Minas Gerais criou o Programa de Concessão em Parques Estaduais (PARC) em 11 de abril de 2019, visando contribuir para a inovação na gestão das áreas protegidas estaduais. São 20 unidades de conservação previstas no programa PARC para a concessão de serviços turísticos, permanecendo a gestão ambiental sob a tutela do IEF.

Estão na lista de concessões os parques nacionais do Iguaçu (PR), Chapada dos Veadeiros (GO), Itatiaia (RJ), Fernando de Noronha (PE), Tijuca (RJ), Aparados da Serra (RS) e Serra Geral (RS). Entre os parques estaduais estão o Vila Velha (PR), Campos do Jordão (SP), Capivari (SP), Fontes do Ipiranga (SP) e Cantareira (SP). Na lista dos parques municipais estão Pinheiro Grosso (Canela-RS), Harmonia (Porto Alegre-RS), Aldeia do Imigrante (Nova Petrópolis-RS), Trianon (Guarapuava-PR), Mário Covas (São Paulo-SP) e Ibirapuera (São Paulo-SP). No fim de 2022 foram concessionados os parques estaduais de Caracol (RS), Tainhas (RS), Turvo (RS), Conduru (BA), Ibitipoca (MG) e Itacolomi (MG).

Então, busca-se analisar as políticas públicas entre turismo e meio ambiente, empregadas pelos órgãos estatais, principalmente ao turismo sustentável, para alcançar excelentes resultados para a população.

Para examinar a promoção do ecoturismo, suas vantagens e implicações, observando as políticas públicas voltadas para a interação entre os setores turístico e ambiental, e como essa atividade turística tem ganhado muitos praticantes em Ouro Branco e municípios vizinhos, foi abordado neste o Parque Estadual da Serra de Ouro Branco - MG.

No próximo capítulo estão elencados o contexto no qual se encontram as unidades de conservação em Minas Gerais, os fatores metodológicos e as relevantes indagações que deverão ser observados nesse estudo.

### 3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo deste trabalho, utilizou-se o método do estudo exploratório, através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações, manuais e no Plano de Manejo da Unidade de Conservação analisada, a análise dos instrumentos normativos e entrevistas semiestruturadas, todos em idioma português. Pelo fato de a entrevistadora estar presente, permitiu que as dúvidas que surgiram quanto às respostas fossem solucionadas imediatamente, com maior esclarecimento sobre algum significado.

Considerando a interatividade entre a Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Ouro Branco, e as Secretarias Estaduais de Cultura e Turismo e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, e o IEF/MG, no tocante às políticas públicas para a promoção do ecoturismo no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, foram realizadas, inicialmente, entrevistas com duas servidoras da unidade do IEF/MG e uma servidora da Gerência Municipal de Turismo, ambos em Ouro Branco, para checar se o programa de ações estabelecidas é eficaz na prática e compreendido pelos envolvidos. Infelizmente as tentativas de entrevistas com os responsáveis pelos outros órgãos envolvidos foram infrutíferas, sem qualquer resposta.

Com base nas entrevistas semiestruturadas e nas respostas dadas, os dados reunidos para o trabalho são qualitativos e cujo tratamento auxiliará a visão dos aspectos pelos envolvidos.

Como o ecoturismo tem ganhado muitos praticantes em Ouro Branco e municípios vizinhos, o trabalho tem por escopo compreender o caráter intersetorial das políticas públicas para a promoção do ecoturismo no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, e suas vantagens e implicações, observando as políticas públicas voltadas para a interação entre os setores turístico e ambiental, por meio do estudo de caso do parque mencionado.

## 4 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 4.1 – AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) conceitua Parque Estadual como uma categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral detentora de variada beleza cênica e relevância ecológica. Os parques são instituídos para preservar a fauna e flora nativas, os recursos hídricos, as formações geológicas, os valores culturais, históricos e arqueológicos, além de viabilizar estudos e pesquisas científicas, educação e interpretação ambiental e turismo ecológico.

A Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, fixa as políticas florestal e de proteção à biodiversidade, e algumas diretrizes próprias para cumprimento no Estado de Minas Gerais.

O Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, outorga ao Instituto Estadual de Florestas competência para realizar as ações voltadas à criação, implantação, proteção e gestão das unidades de conservação.

Segundo essas conceituações, atualmente o Estado de Minas Gerais atualmente detém:

- 10 Estações Ecológicas Estaduais;
- 16 Áreas de Proteção Ambiental;
- 2 Florestas Estaduais;
- 38 Parques Estaduais;
- 2 Reservas Biológicas;
- 15 Monumentos Naturais;
- 1 Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável;
- 6 Refúgios Estaduais de Vida Silvestre;
- 20 Áreas de Proteção Especial.

As Unidades de Conservação (UCs) administradas pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG) receberam, durante o ano de 2023, o número recorde de visitantes. Informações do Painel de Indicadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) comprovam que 860 mil pessoas passaram pelas 35 unidades que controlam a visitação em Minas Gerais, entre

Parques Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental e Monumentos Naturais (IEF/MG, 2023).

Esse número caracteriza um crescimento de 45,76% em relação a 2022, quando foram registradas 590 mil visitas, e fortalecem mais o valor das políticas de conservação adotadas pela autarquia. Hoje em dia 95 UCs são gerenciadas pelo IEF, 23 delas oferecem estrutura satisfatória para acolher turistas (IEF, 2023).

A visitação nessas unidades de conservação está subordinada às regras e restrições fixadas em seu Plano de Manejo ou pelo IEF, sendo que em algumas delas a entrada somente é liberada para pesquisas científicas mediante autorização anterior do órgão.

Para esse trabalho, que tem por objeto de análise um parque estadual, procura-se esclarecer se, consoante o artigo 11 e seu § 4º, o propósito do parque é a proteção de ecossistemas naturais de importância ecológica e beleza, viabilizando a produção de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação junto à natureza e de turismo ecológico.

Como o ecoturismo tem ganhado muitos praticantes em Ouro Branco e municípios vizinhos, o trabalho tem por escopo compreender as políticas públicas para a promoção dessa atividade, e suas vantagens e implicações, observando as políticas públicas voltadas para a interação entre os setores turístico e ambiental, especialmente o IEF/MG, por meio do estudo de caso. Para este exame, foi escolhido como objeto o Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, por possuir atrativos importantes para o ecoturismo. Tem-se na próxima seção uma pequena descrição do parque.

#### 4.2 PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE OURO BRANCO

Com a descoberta de ouro de cor amarelada por bandeirantes no final do século XVII naquela região surgiu o arraial de Santo Antônio do Ouro Branco. Referência dos viajantes que percorriam a Estrada Real, nos mapas da Capitania Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, era conhecida como Serra do Deus-Te-Livre, por causa dos furtos praticados por escravos fugitivos aos viajantes da Estrada Real e da complexidade da viagem.

A Serra do Ouro Branco, localizada no município de Ouro Branco teve seu tombamento estadual aprovado em 1977 com inscrição no Livro do Tombo



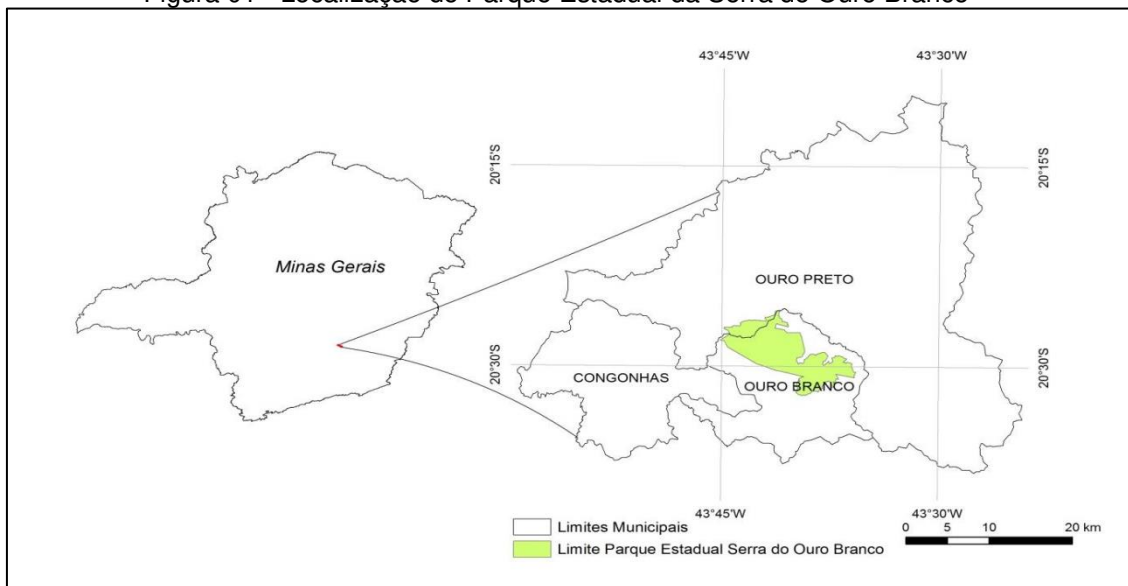
Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, O Decreto Estadual n.º 19.530, de 07 de novembro de 1978, previu o tombamento e a inscrição da Serra de Ouro Branco no Livro de Tombo n.º I — Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA.

O maciço da Serra conserva sítios arqueológicos do Caminho Velho e do Novo da Estrada Real, além de fazendas centenárias e vários casarios coloniais, sendo que seu tombamento ocorreu devido ao galopante crescimento urbano e populacional e à instalação de indústrias e empresas nas suas adjacências.

A região do Parque Estadual Serra do Ouro Branco está situada na borda limítrofe sul da Serra do Espinhaço, no do Quadrilátero Ferrífero, sendo a primeira formação geológica considerada como o marco inicial sul do Espinhaço, nos Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto, a aproximadamente 60 km em linha reta, a sudeste de Belo Horizonte a 110 km de distância, com área aproximada de 7.520,7888ha hectares e um paredão de cerca de 20 km de extensão. É limitado, genericamente, pelos pontos com as seguintes coordenadas UTM: E 637333,862 N 7740327,501 ao Norte; E 630647,559 N 7737993,362 a Oeste; E 646452,177 N 7731777,854 a Leste e; E 639910,257 N 7728583,512 a Sul.

A Serra do Ouro Branco é um divisor de três grandes bacias hidrográficas: do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, ambas na bacia do Rio São Francisco e; bacia do Rio Piranga, afluente do Rio Doce. As principais micro-bacias presentes no Parque são: as dos Ribeirões Colônia, do Bule, do Charco e parte das cabeceiras dos córregos do Garcia, da Água Limpa e córrego da Lavrinha, conhecido também por Ribeirão do Veríssimo. Sua grande quantidade de nascentes e cursos d'água, em sua maioria, formam o Lago Soledade.

Figura 01 - Localização do Parque Estadual da Serra de Ouro Branco



Fonte: IEFMG

Seu ecossistema é um dos mais ricos, constituído pelos campos rupestres e de altitude, matas de galeria nas margens dos cursos d'água, capões e remanescentes de mata atlântica, afloramentos rochosos, campos brejosos e campos de velózias (Canela-de-Ema) representados pela fitofisionomia de floresta estacional semidecidual. A vegetação na região é muito diversificada e seu grau de endemismo (ocorrência restrita) é um dos mais grandiosos de todo o Espinhaço, que se desenvolve em solo arenoso e pedregoso de origem quartzítica.

A flora se caracteriza pela existência da bromélia endêmica do paredão da Serra *Dycktia ourobrancoensis*, entre os 1.100 e 1.500 metros de altitude, além de outras Bromeliáceas e Orquidáceas.

É expressiva a sobreposição de parte da área do parque pela Área de Proteção Especial (APE) do Veríssimo, determinada pelo Decreto Estadual nº 22.055, de 05 de maio de 1982, para proteger esse manancial valioso no abastecimento da cidade de Ouro Branco e imediações.

O Parque Estadual da Serra do Ouro Branco possui uma pequena parte do seu limite nordeste coincidindo com os limites do Monumento Natural Estadual de Itatiaia, a Sul confronta com a RPPN Luís Carlos Jurovsky Tamssia, e a oeste sobrepõe parcialmente a RPPN Vale Verde. Está incluído no complexo Sistema de Áreas Protegidas, gerenciado em grande parte pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF, onde se destacam o Parque Estadual do Itacolomi, a Estação Ecológica Estadual do Tripuí, o Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda, a Estação

Ecológica Estadual de Aredes, a Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas, a Área de Proteção Ambiental Seminário Menor de Mariana e a Floresta.

Seu relevo apresenta topografia extremamente acidentada com enormes diferenças de altitude, que varia de 1250 a 1568 metros. O clima é quente e temperado, com muito menos pluviosidade no inverno que no verão. A classificação do clima é Cwb de acordo com a Köppen e Geiger. 19.1 °C é a temperatura média. A média anual de pluviosidade é de 1463 mm.

O Parque tem seu destaque na preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental.

Suas atrações para o turista são:

- a) Poço Córrego da Colônia;
- b) Poço Córrego da Lavrinha;
- c) Trilha Bomba Poção;
- d) Poção;
- e) Cachoeira Jesuítas;
- f) Cachoeira do Beto;
- g) Mirante Lago Soledade;
- h) Mirante Cachoeira de Ouro Branco;
- i) Mirante da Cidade;
- j) Mirante Morro do Gabriel;
- k) Mirante Miguel Burnier;
- l) Mirante do Cruzeiro;
- m) Mirante Bela Vista;
- n) Mirante Pedra do Índio;
- o) Mirante da Estrada;
- p) Mirante Canela-de-Ema;
- q) Mirante do Sofá;
- r) Fazenda Alto do Morro;
- s) Pilares da Antiga Tubulação,
- t) Muro de Pedra.

Existe um projeto da Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ (Campus Alto Paraopeba), em cooperação com outras instituições de ensino superior como Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, IFMGs (Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto) que já implementam ações de popularização da ciência, ensino de física e outras áreas de conhecimento, para instalação de um observatório astronômico na Serra de Ouro Branco, numa área aproximada de 2 mil m<sup>2</sup> que poderá ser cedida pela empresa CSN Mineração, proprietária do imóvel. A estrutura prevista terá condições de receber um telescópio principal e outros equipamentos e recursos tecnológicos. Todos os andamentos foram feitos em conjunto com a UFSJ, IEF e Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Ouro Branco.

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Ouro Branco, advertiu a empresa Companhia Vale do Rio Doce no final do mês de março/2023, para que apresentasse um plano de mitigação e recuperação da erosão que o abandono de imóveis de sua propriedade está causando à Serra de Ouro Branco, na parte da Serra voltada à área urbana, com vários pontos em constantes e acentuados processos erosivos, provocados pela falta de cuidado e manutenção adequada das estradas dos imóveis particulares localizados na porção superior da fachada da Serra.

Por sua vez, a empresa alegou que em fez em fevereiro de 2023 um trabalho conjunto com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) para reabilitação da erosão no acesso principal ao Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, e que buscou soluções para recuperação de outros pontos já mapeados, para apresentação e validação dos órgãos competentes.

A visitação é de segunda a segunda, das 08 às 18 horas. O parque não dispõe de infraestrutura de restaurante, alojamentos e banheiro para permanência do visitante, entretanto, durante todo o ano recebe inúmeros visitantes para a prática de caminhadas ecológicas, *trekking*, *passarinar*, *mountain bike*, parapente, festa em louvor a Nossa Senhora Aparecida, dentre outras.

Infelizmente, ao longo dos anos, o Parque sofreu incêndios de grandes proporções, que quase o devastaram, mesmo com a intervenção do Corpo de Bombeiros, brigadistas civis e voluntários para contenção do fogo, muitas vezes causado por turistas que não respeitam as normas impostas para preservação da fauna e flora locais.

## **5 IMPACTOS DO ECOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE OURO BRANCO**

Atualmente a atividade turística é uma das mais crescem economicamente, e, por conseguinte, despertou a preocupação do governo com o setor, que foi o alvo de políticas de regulamentação e incentivos, com planejamento de metas e ações pré-determinadas.

As políticas públicas são primordiais para o êxito do turismo, por conterem normas e diretrizes de médio e longo prazo de efetivação, e prevenirem os problemas aqui mencionados.

O poder público deve se incumbir da infraestrutura urbana e de acesso e a iniciativa privada deve disponibilizar os serviços e equipamentos turísticos, sendo que a política pública de turismo deve contemplar os fatores ambientais, culturais e sociais.

As políticas públicas de turismo ainda são um assunto complexo, uma vez que as mesmas demoram a ser aplicadas no Brasil, principalmente por se tratar de um país de grandes dimensões geográficas, e o setor ainda não se apresentar completamente estruturado nos municípios do território nacional.

A partir de um roteiro de entrevistas semiestruturadas com duas servidoras da unidade do IEF/MG em Ouro Branco, órgão responsável pelo Parque da Serra de Ouro Branco, observou-se que não há uma interação para a promoção da atividade turística no parque estadual analisado entre as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo de Ouro Branco, as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Cultura e Turismo e o IEF/MG.

Segundo as entrevistadas, as esparsas medidas em prol do parque são tomadas pela SEMAD, sem a participação dos outros órgãos mencionados, sendo verticalizadas as resoluções. Como o parque está sem gerente nomeado, elas e os demais funcionários não têm autonomia para atuarem com mais eficiência.

Elas alegaram que é urgente a construção de uma portaria de ingresso ao parque e infraestrutura para o turismo, para assim o IEF/MG controlar o número de visitantes, que hoje não pode ser quantificado, e evitar a depredação em várias áreas da UC. Comumente, são presenciados inúmeros impactos ambientais negativos do turismo em áreas de conservação: contaminação da água, poluição do

ar por meio do aumento do fluxo de veículos, poluição acústica, poluição visual devido a construções, impedindo a vista de paisagens, sujeira do local, danos ecológicos em áreas de vida silvestre devido ao aumento elevado de visitantes, danos a sítios arqueológicos e históricos, riscos ambientais como erosão, deslizamento de terra oriundos do planejamento inadequado de construções turísticas, etc. (MTur, 2006).

Entretanto, apesar dos avanços quantitativos na criação de UCs no país, para aplicar na prática as políticas públicas propostas pelo MTUR, não foram realizados investimentos necessários em sua implantação e manutenção. O que leva a observar que há mais vontade política para criar parques do que para mantê-los.

Tendo em vista que a deterioração ambiental aumenta gradativamente e os dados balizadores do manejo dos recursos naturais são escassos e, que os planos de manejo convencionais e burocráticos atrapalham a agilidade do processo da tomada de decisões, o Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Ouro Branco (PESOB) traz os pressupostos do manejo adaptativo, baseado no aperfeiçoamento consecutivo das técnicas de manejo e no aprendizado com os resultados e os programas operacionais estabelecidos. Gerencialmente, a UC será considerada como uma organização composta por um conjunto de pessoas que visa a conservação dos recursos naturais em um certo espaço geográfico (Plano de Manejo, 2017).

Consoante seu Plano de Manejo, a missão deste Parque é conservar o patrimônio histórico e natural do marco Sul da cadeia do Espinhaço promovendo sustentabilidade, em parceria com as comunidades do entorno (Plano de Manejo, 2017).

Outros objetivos do PESOB são: estabelecer mecanismos de integração e participação efetiva da sociedade na gestão da unidade; garantir a visitação pública ordenada, segura e de qualidade; oferecer experiências educativas significativas e inspiradoras, com ênfase na educação ambiental e nas futuras gerações (Plano de Manejo, 2017).

Para garantir o turismo sustentável e a conservação das áreas protegidas, a visitação dos parques está sujeita às restrições e normas do Plano de Manejo, ao regulamento de cada uma das unidades e às regras do IEF.

O PESOB tem elementos em quantidade e qualidade com potencial para se transformarem em produtos turísticos, proporcionando experiências importantes para

públicos distintos. A malha de trilhas, composta por 19 trilhas, espaços para convivência e recreação, integração a projetos de pesquisa, educação ambiental, dentre outras, poderão ser integradas para estimular o contato com o meio ambiente, opções de recreação para a comunidade e alcançar os objetivos de sua criação.

A prática de *hikking* (caminhada ao ar livre) e rapel no parque ocorre por meio de agências de ecoturismo da região, como a Trip Natural Adventure, Ouro Branco Ecoturismo, Caminhada Rústica, ou por grupos de pessoas que se interessam por essas modalidades, como Andarilhos Queluzianos, Trilhudos, Clã-Destinos, Aroeiras, dentre outros. Entretanto, não há acompanhamento pelos funcionários do parque, ficando os organizadores do passeio responsáveis pela segurança e integridade dos participantes e, a prática do rapel é proibida em várias grutas e cachoeiras do parque, devido à sua estrutura geomorfológica, seguindo as orientações do Plano de Manejo.

Não obstante os impactos negativos, quando administrado de modo sustentável, o turismo pode surtir inúmeras benesses até mesmo para a natureza, considerando que o ecoturismo poder ser o nexos entre o desenvolvimento econômico e o convívio harmonioso com o meio ambiente, pela educação ambiental, que os indivíduos tanto precisam.

A estruturação do turismo ecológico fundamenta-se não somente no comportamento do turista, mas também na fase anterior, de edificação do espaço a ser visitado e sua organização. O local deve ter um conjunto de intervenções que conjuguem conservação, preservação, manejo e recuperação com outras medidas. As construções devem destacar a cultura local e reforçar sua identidade sem danificar a natureza.

É preciso a replicação de informações, chamada de interpretação ambiental, como a história e o significado sobre o meio ambiente e sua cultura. Também, é necessário a educação ambiental, que almeja despertar a consciência sustentável, além do controle do fluxo de turistas que deve ser fixado para reduzir os impactos.

Quando a atividade turística é executada de forma inadequada, acaba provocando impactos típicos da experiência no meio natural: acúmulo de lixo em trilhas, montanhas, rios; poluição sonora devido aos veículos e motos; coleta e depredação de vegetação e pedras nas margens das trilhas; pinturas nas rochas e dentro de cavernas; alargamento das trilhas e pisoteio da vegetação; ruídos que afugentam os animais dos seus ninhos e refúgios; alimentação de animais mais

mansos, o que pode gerar doenças ou morte; caça e pesca ilegais; incêndios em áreas secas provocadas por fogueiras, churrasqueiras, ou faíscas de isqueiros, etc.

Segundo as entrevistadas, o turismo no parque selecionado poderia gerar uma renda considerável para o Estado com a venda de ingressos e as taxas para realização de atividades recreativas, estacionamento, venda de alimento e de mercadorias típicas, etc., se fossem implementadas as obras de infraestrutura, como vestiários, portaria de acesso, lanchonete, acampamento, demarcação de mais trilhas, até para motocicletas, dentre outras.

Elas disseram que, como a fiscalização é precária, alguns motociclistas destroem as barreiras feitas para impedir o acesso por motos, e invadem áreas verdes e até veios d'água, danificando a natureza. Além do lixo deixado pelos visitantes e os diversos incêndios provocados por churrascos feitos ali ilegalmente, por ser proibido pelas normas do IEF/MG.

Destacaram ainda, que é urgente a criação de programas de educação ambiental nas visitas ao parque, porque o visitante recebe educação ambiental para desenvolver consciência ecológica e manter a área visitada. Mas, infelizmente, esses programas não são realizados no parque e nem mesmo na rede municipal e estadual de ensino naquele município.

Isso demonstra que não há interação entre os cinco órgãos aqui abordados para criarem políticas públicas realmente satisfatórias para o turismo sustentável nessa Unidade de Conservação, que, conforme as entrevistadas, possui um enorme potencial turístico hoje subaproveitado e mal gerido pela falta de infraestrutura e de investimentos por parte do Estado, o que demonstra a baixa visitação a essa UC.

Segundo elas, as vivências turísticas no parque são mais prejudiciais à natureza do que sustentáveis, devido à fiscalização exígua pela falta de pessoal qualificado, falta de educação ambiental, falta de delimitação das áreas proibidas às práticas de rapel e trilhas a pé e de moto, falta de recipientes adequados para descarte de lixo, falta de projetos para ampliar o número de visitação, organizar um circuito turístico e divulgar o parque, entre outras.

Disseram que até mesmo muitos moradores da cidade desconhecem as belezas naturais do parque, que a Prefeitura não tem projetos para divulgar os poucos eventos feitos nas áreas permitidas do parque. A Prefeitura de Ouro Branco apenas executa manutenção paliativa e melhorias na estrada de acesso ao PSEOB, com o acompanhamento de um fiscal do IEF/MG, seguindo todas as normas



técnicas de proteção ambiental. E que havia alguma interação entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a gerência anterior do parque, que se encontra vaga atualmente.

As entrevistadas e os outros dois funcionários da UC não têm autonomia para decidirem nada sobre o local, ficando submetidos às ordens da Diretora de Conservação e Recuperação de Ecossistemas do IEF/MG, responsável pela coordenação, ações a serem adotadas e fiscalização do Parque, que fica em Barbacena- MG.

Para o sucesso das iniciativas de ecoturismo nessa UC, deve-se conciliar educação, conservação ambiental e sustentabilidade, e com recursos financeiros e humanos disponibilizados pela União, Estado de Minas Gerais, os Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto, e a iniciativa privada.

Verifica-se que é relevante o papel exercido pelo Parque enquanto Unidade de Conservação, porém, deveria haver a efetiva gestão dele afora um contato do turista com as áreas naturais, realizando assim a educação ambiental e a conservação da natureza por meio do ecoturismo, baseado na conscientização ambiental, na relevância da reciclagem e das atitudes para impedir o desmatamento e a poluição.

Vários são os impactos positivos da visita ao Parque, como: o contato com a natureza para contemplação; a distância do centro urbano; a tranquilidade; as trilhas para a prática de *hikking*; as cachoeiras para banho e rapel; o espaço para ouvir música e descansar; exuberância de plantas e animais; lazer; lugar de preservação; lugar de preservação e limpo; aspectos históricos; fácil acesso aos municípios vizinhos; fotografar a paisagem; ficar com a família e amigos.

Por outro lado, vários são os impactos negativos da visita, como: falta de controle e cobrança da entrada e saída dos visitantes; falta de portaria de acesso ao parque; falta de melhoria da estrada, principalmente na época das chuvas; falta de acessos e sinalização; falta de infraestrutura receptiva de acomodação, sanitários, bares e restaurantes; posto médico; ausência de transporte dentro do parque; ter mais linhas de ônibus intermunicipais; segurança; fiscalização para proibir a realização de churrasco a fim de evitar possíveis incêndios; pouca divulgação na mídia; falta de programas de educação ambiental e guias permanentes para a realização de trilhas.

O combate aos incêndios ocorridos no parque é feito por brigadistas civis, voluntários e os funcionários do IEF de Ouro Branco, e pelo Corpo de Bombeiros instalado em Conselheiro Lafaiete, cidade vizinha a 21,4 quilômetros de distância.

O investimento no ecoturismo no Parque da Serra de Ouro Branco pelo Poder Público também iria favorecer a comunidade local, pois a impossibilidade de uso sustentável de uma área protegida pode afetar a comunidade local. Algumas melhorias poderiam ser executadas no parque, o que possibilitaria uma qualificação maior da experiência turística.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecoturismo tem crescido nas últimas décadas por causa das características naturais em todo o Brasil que beneficiam o seu desenvolvimento, além da grande procura por ambientes naturais e vivências como modo de escapar do cotidiano. Associada a essa condição ambiental, a participação do Governo é importante para o preparo e implementação das ações desse setor.

As políticas públicas são instrumentos que, se bem elaborados, implementados, monitorados e avaliados corretamente são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico, não somente das populações, mas também dos setores da economia ao qual se destinam. São ações que visam à melhoria do bem estar social e, portanto, devem ser elaboradas levando em consideração a participação da sociedade.

Com base no problema de pesquisa delimitado no início desse trabalho que se refere às políticas públicas para a promoção do ecoturismo, suas vantagens e implicações, e diante da promoção do turismo no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, verifica-se que falta incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas eficientes para o turismo por parte das Prefeituras Municipais de Ouro Branco e Ouro Preto, municípios onde está localizado o referido parque, bem como das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Cultura e Turismo de Minas Gerais e do IEF/MG.

Os parques necessitam de mais efetividade do poder público na priorização e destinação de recursos humanos e orçamentários, bem como devem se tornar mais conhecidos para o público em geral. A administração destas unidades de conservação pode ser modernizada a fim de eliminar problemas contundentes, como gerir os constantes conflitos com populações tradicionais; utilizar mais racionalmente os esparsos recursos humanos e financeiros; inspecionar a conquista de resultados pelas ações aplicadas; e viabilizar a participação da sociedade na administração; dentre outros.

Para que execute uma gama de ações para a promoção da atividade turística em unidades de conservação é urgente a adoção de medidas que envolvam diversos fatores, como qualificação de mão de obra, reformas e adaptações da infraestrutura, implementação de programas de educação ambiental e fiscalização dos visitantes, o que exige um longo período de tempo.

Contudo, ainda que seja determinada legalmente uma política pública voltada à essa demanda, somente isso não é garantia de seu cumprimento pelos órgãos envolvidos, devendo serem executadas iniciativas de ação entre os mesmos.

Considera-se que existe um sério risco de interrupção na promoção da atividade turística nos parques estaduais mineiros, devido à burocracia, aos altos custos de manutenção e à falta de prioridade por parte do Poder Público, que deveria elaborar seu conjunto de políticas públicas para a sustentabilidade de grande prioridade, e criar medidas de atuação intersetorial entre os órgãos aqui analisados.

Para impedir a possível descontinuidade do ecoturismo, é necessário criar uma política pública, com atribuições e tarefas determinadas entre todos os atores com o intuito de evitar a perda de toda atuação realizada ao longo do tempo até os dias atuais, e para impulsionar essa intervenção estatal.

Ressalta-se, ainda, a falha no aparato governamental, especialmente quanto à falta da nomeação de um novo gerente e mais fiscais com qualificação para a unidade de conservação estudada, melhorias na infraestrutura e estradas de acesso e divulgação com material publicitário dos atrativos do parque. Essas ações podem atrair mais visitantes e colocar o parque na lista das atrações de turismo ecológico mais visitas no estado de Minas Gerais.

Pelas entrevistas, constatou-se que faltam investimentos, criação de políticas públicas eficientes e interação das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Cultura e Turismo, como também das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo de Ouro Branco, para o fomento ao ecoturismo e à preservação do parque analisado. O Estado forneceu algumas placas de identificação para o parque e mantém a unidade do IEF/MG na cidade, que funciona de maneira deficitária. Isso inviabiliza ter maior controle do fluxo de visitantes ao parque, que não pode ser quantificado em números.

Deveria haver programas de educação ambiental e atividades voltados aos visitantes para disseminar a concepção de ecoturismo, que é muito mais do que o mero contato com o meio ambiente, visando oferecer a experiência e o conhecimento da natureza, ligado à conservação das áreas visitadas.

As atividades praticadas como *hikking* e rapel não são acompanhadas por funcionários desse parque e não há qualquer controle da entrada dos visitantes, que

muitas vezes fazem churrasco nas áreas, o que desencadeou vários incêndios ao longo da história da UC. As agências de ecoturismo e os organizadores dos grupos de caminhada se responsabilizam pela integridade física e segurança dos participantes, bem como pela coleta do lixo produzido por eles.

Diante disso, pode-se concluir que não há uma política pública legalmente estabelecida e implementada para a promoção da atividade turística no parque analisado. É importante que o Poder Público desenvolva ações que promovam a sustentabilidade e a proteção do patrimônio ambiental da Serra de Ouro Branco, conciliando com o crescimento do ecoturismo no local.

## REFERÊNCIAS

ABETA, Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura. **Planejamento Estratégico para o Segmento de Turismo de aventura**. Página oficial. Disponível em <[www.abeta.com.br](http://www.abeta.com.br)> Acesso em: 10 out. 2023.

AGNES, Diane. **Turismo sustentável: A importância do planejamento para a prática da atividade turística em áreas de proteção ambiental**. Revista Turismo. Rio Grande do Sul: Jun-2003. Disponível em <<http://www.revistaturismo.com/artigos/planejamento.html>.> Acesso em 02 out. 2023.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**: relatório parametrizado unidade de conservação. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=2619>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Programa Parque +**. Conservação ambiental e geração de emprego e renda. Secretaria de Áreas Protegidas. Departamento de Concessão. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/areas-protegidas/parquemais/rede-trilhas/programaparquemais\\_vdefeso.pdf](https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/areas-protegidas/parquemais/rede-trilhas/programaparquemais_vdefeso.pdf). Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV- EESP, 2008.

DAMAS, M. T. (2020). Turismo Sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)*, 13(2). Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.9578>. Acesso em: 02 out. 2023.

GEOPARK QUADRILÁTERO. Disponível em: <https://www.geoparkquadrilatero.org/voo/?pg=serra-ouro-branco>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GOMES, Patrício Melo. **(Eco)turismo: uma (Re) leitura dos Discursos**. Brasília: IBAMA, 2003.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico de Planejamento - Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas**. Brasília: IBAMA, 2002. IEF/MG. Banco de notícias. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3937-superando-marca-de-945-mil-visitantes-em-2023-parques-estaduais-sao-opcao-de-lazer-para-as-ferias-em-minas>. Acesso em: 10 out. 2023.

IEF. Instituto Estadual de Florestas. 2020. **O Programa de Concessão de Parques Estaduais**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/2697>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em: <https://institutoestradareal.com.br/cidades/ouro-branco-mg/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MICHELIN, Rita Lourdes. Turismo na preservação dos recursos naturais: vilão ou solução? O caso do parque estadual de Itapuã. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – SEMINTUR, 4, 2006, Caxias do Sul. **Anais IV Semintur**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006. Disponível em <[http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario\\_4/arquivos\\_4\\_seminario/GT05-11.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT05-11.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2023.

MINAS GERAIS. Cartilha para Jovens sobre Políticas Públicas. Belo Horizonte: Assembleia do Estado de Minas Gerais. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento\\_jovem/2011/docs/politicas\\_publicas\\_almg.doc](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento_jovem/2011/docs/politicas_publicas_almg.doc). Acesso em: 02 out. 2023.

OMT. Organização Mundial de Turismo. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

PLANO DE MANEJO. **Parque Estadual da Serra de Ouro Branco** (2017). Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/2288-plano-de-manejo-serra-do-ouro-branco.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

Rodrigues, C G O., & Abrucio, F L. (2019). Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 13 (3), 105-210. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1575>. Acesso em 02 mar.2024.

SANCHO-PIVOTO, Altair & Alves, Alexandre. (2017). O estado da arte das pesquisas sobre impactos do turismo em parques: uma aproximação das

experiências brasileiras. *Rev. Latino-Am. Turismologia / RELAT*, Juiz de Fora, 3(1), 21 –36. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2448-198X.2017.v3.10042>. Acesso em 10 out. 2023.

SANCHO-PIVOTO, A., ALVES, A. F., & ROCHA , M. C. R. . (2022). Ecoturismo em áreas protegidas: um olhar sobre o perfil de visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. *Revista Geografias*, 14(2), 54–79. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.2018.19366> (Artigo original publicado em 26 de fevereiro de 2020). Acesso em: 03 nov. 2023.

SANCHO-PIVOTO, A., ALVES, A. F., & DIAS, V. N. (2020). Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do parque estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 14(2), 46–63. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1751>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SOUZA, Mirella Caetano de. et al. Atividades ecoturísticas de mínimo impacto em Unidades de Conservação. In: Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação, 2, 2007, Itatiaia. **Anais II EcoUC**. Itatiaia, Rio de Janeiro: PHYSIS, 2007. Disponível em: < <http://www.physis.org.br/ecouc/Resumos/Resumo31.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2023.



## APÊNCIDE A - Roteiro da entrevista de coleta de dados

- 1- Fale um pouco sobre a política da SETUR no Estado quanto às unidades de conservação e o IEF e da relação que há entre SETUR, SEMAD e Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Ouro Branco.
- 2- Como a SETUR vem agindo quanto às políticas relacionadas às áreas de conservação, especialmente, os parques estaduais abertos à visitação? Existe um fomento à visitação nesses parques?
- 3- Sobre a promoção dos parques, há colaboração entre as Secretarias para essa finalidade, e como são seus meios de gestão?
- 4- Há um grupo na SEMAD que você tenha um contato mais próximo?
- 5- O plano de manejo é um documento elaborado pelo IEF. Há participação das Secretarias envolvidas na sua preparação?
- 6- Nos circuitos turísticos existem parques abertos à visitação?
- 7- Como você analisa o interesse da SETUR em trabalhar com a SEMAD e vice-versa?
- 8- Como a SETUR trabalha com o ecoturismo e o turismo sustentável nos parques? Há algum programa de ecoturismo elaborado em conjunto com a SEMAD?
- 9- Como a SETUR trabalha a contradição existente entre preservação e exploração do turismo?
- 10- Dentro do contexto de sustentabilidade, o parque é um polarizador para a região?
- 11- Como você analisa o potencial dos parques para o fortalecimento do turismo sustentável na região?
- 12- A que fator você atribui a taxa de visitação no parque?
- 13- Para os parques que tenham a taxa de visitação próxima de sua capacidade máxima, ações de fomento ainda são realizadas nesse caso?
- 14- No parque visitado com o IEF houve algum em que se estabeleceu alguma ação conjunta? Quais os resultados ou adversidades existentes no desenvolvimento dessa ação?
- 15- Existe uma previsão orçamentária e financeira que contemple atuação conjunta entre as Secretarias na promoção do turismo no parque?

- 16- Quais parques você recomenda visitar que possam enriquecer esse trabalho?
- 17- Fale um pouco sobre a política do IEF com relação às unidades de conservação e o turismo e da relação que há entre SETUR e SEMAD em Minas Gerais.
- 18- De que modo o IEF vem atuando sobre as políticas voltadas às áreas de conservação, mais propriamente, os parques estaduais abertos à visitação? Existe um incentivo do IEF à visitação nesses parques?
- 19- Os guias turísticos produzidos pelo IEF estão disponíveis para os visitantes?
- 20- A SETUR participou na produção dos guias turísticos?
- 21- Quanto à promoção dos parques, há uma ação formalizada entre IEF e SETUR para essa finalidade? Como é a relação do IEF com a SETUR acerca das ferramentas de gestão?
- 22- Há algum meio que formalize a parceria existente entre o IEF e a SETUR?
- 23- Como o IEF trabalha com o ecoturismo e o turismo sustentável nos parques? Há algum programa de ecoturismo desenvolvido em parceria com a SETUR?
- 24- Qual o perfil do visitante do parque?
- 25- Quais atividades são praticadas pelos visitantes no parque?
- 26- Quais os tipos de atrativos oferecidos no parque?
- 27- Você possui alguma relação com a Secretaria de Turismo na gestão do parque?
- 28- Como você analisa a necessidade de relacionamento com a Secretaria de Turismo para a promoção do parque?
- 29- Há ações para a promoção do turismo no parque sendo desenvolvidas em parceria com as Secretarias e qual é o resultado delas?
- 30- Você entende que é preciso executar campanhas publicitárias para promover o parque?
- 31- Como você avalia a prática do turismo no parque, é prejudicial, ou benéfica?
- 32- Como você analisa a infraestrutura do parque para a recepção dos turistas que o visitam? A estrutura existente é eficiente?
- 33- Quais os problemas surgidos pela ausência de turistas, e pelo excesso?
- 34- Quais questões podem esclarecer o atual número de visitantes nesse parque?
- 35- O turismo atualmente explorado no parque é condizente com as atividades do turismo sustentável (favor explicar o conceito)?
- 36- Em que uma atuação conjunta com a Secretaria de Turismo contribui ou não para o turismo sustentável? Se houver essa atuação, você pensa que a atuação conjunta é relevante?

37- O potencial do parque tem sido explorado para desenvolver o turismo na região?  
Quais os motivos?

## ANEXO A - Figuras

Figura 02: Placa de identificação do Parque da Serra de Ouro Branco



Fonte: Instituto Estrada Real

Figura 03: Vegetação nativa



Fonte: Geopark Quadrilátero

Figura 04: Visão da estrada de acesso ao parque



Fonte: Geopark Quadrilátero

Figura 05: Visão geral da Serra de Ouro Branco



Fonte: Geopark Quadrilátero

Figura 06: Poço Córrego da Colônia



Fonte: Instituto Estrada Real